

Geraltio Magela



Luiz Marinho entrega o projeto a Renan Calheiros. Jaques Wagner, Paulo Bernardo, Fernando Bezerra e Walter Barelli observam

Renan promete votar logo mínimo de R\$ 350

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem projeto de lei que fixa o salário mínimo em R\$ 350 a partir de abril.

Quatro ministros fizeram a entrega da proposta, cuja votação Renan Calheiros considera possível ainda na convocação extraordinária.

Ele anunciou a intenção de procurar o presidente da Câmara, Aldo Rebelo, para discutir tramitação urgente nas duas Casas. **Página 5**

Proposta que evitará a multiplicação de processos sobre questões idênticas segue para a Câmara dos Deputados

Aprovado projeto que regulamenta súmula vinculante

A multiplicação de processos sobre questões idênticas, que sobrecarrega a Justiça, está com os dias contados. O Senado aprovou ontem, em turno suplementar, projeto de lei que regulamenta a edição, a revisão e o cancelamento de súmula com efeito vin-



culante pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Sintetizando reiteradas decisões sobre matéria constitucional, a súmula precisa ser aprovada por dois terços dos ministros da alta corte. A proposta, que segue para a Câmara, completa a reforma do Judiciário. **Página 3**

J. Freitas



Delcídio Amaral (segundo à direita, em pé), presidente da CPI, conversa com parlamentares

CPI dos Correios convoca Duda e ex-diretor de Furnas

A CPI dos Correios aprovou ontem a convocação de Dimas Toledo, ex-diretor de Furnas, e a reconvocação do publicitário Duda Mendonça. Dimas é apontado como autor de uma lista de

156 nomes de políticos que teriam se beneficiado de recursos de caixa dois nas eleições de 2002; Duda foi responsável pela campanha de Lula à Presidência da República em 2002. **Página 4**

Homenagens à TV Senado e a Dorothy Stang

Os dez anos da TV Senado foram lembrados por diversos senadores, que elogiaram a isenção da emissora e a qualidade da programação. O Plenário também homenageou a missionária Dorothy Stang, assassinada há um ano. **Páginas 7 e 8**

Comissão busca R\$ 8 bi para fechar contas do Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento concluiu a votação dos dez relatórios setoriais, mas ainda faltam R\$ 8 bilhões para fechar as contas do Orçamento da União de 2006. Os recursos devem vir de nova reestimativa de arrecadação. **Página 2**

Célio Azevedo



Roberto Rodrigues (C) reúne-se com senadores: "Decisão deve vir de baixo para cima"

Ministro pede mais debate sobre projeto das cooperativas

Governo e representantes de cooperativas divergem sobre pontos dos projetos que visam atualizar o sistema cooperativista. Essa constatação foi feita ontem pelo ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, em reunião com senadores, no gabinete do presidente da Comissão de Agricultura, Sérgio Guerra. O ministro

defendeu o prosseguimento dos debates, observando que as cooperativas precisam apresentar sugestões sobre o tema. "A decisão deve vir de baixo para cima. O Senado decidiu ouvir as representações do sistema cooperativista e extrair um consenso, sem nenhum processo ideológico ou partidário", disse Roberto Rodrigues. **Página 6**

Comissão Mista de Orçamento vota os dez relatórios e Gilberto Mestrinho marca reunião para segunda-feira para discutir reestimativa da arrecadação

Ainda faltam R\$ 8 bi para fechar contas do Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) terminou ontem a votação dos dez relatórios setoriais, mas ainda faltam, no mínimo, R\$ 8 bilhões para fechar as contas do Orçamento da União para 2006. O relator-geral, deputado Carlito Merss (PT-SC), explica que esse dinheiro deverá sair de uma segunda reestimativa da arrecadação para este ano, que vem sendo feita por técnicos do Congresso Nacional.

Na primeira reestimativa, os técnicos aumentaram a arrecadação em R\$ 10 bilhões. O governo decidiu que R\$ 6,6 bilhões desse dinheiro serão usados para aumentar o salário mínimo para R\$ 350 e corrigir a tabela do Imposto de Renda em 8%. Os R\$ 3,4 bilhões restantes devem ser usados para compensar isenções estaduais em exportações (Lei Kandir).

Dos “buracos” que ainda estão abertos no Orçamento, a maior fatia é reclamada pelos servidores das carreiras dos ministérios (R\$ 3,6 bilhões), que querem reajuste para compensar a inflação. O ressarcimento aos estados exportadores exigirá mais R\$ 1,8 bilhão para que eles recebam a mesma verba concedida pela União em 2005.

Já os parlamentares da “bandada da saúde” insistem em que o Ministério da Saúde tenha pelo menos mais R\$ 1,4 bilhão, destinado ao pagamento de cirurgias de alta complexidade. Por sua vez, os 6.600 anistiados políticos pressionam para um aumento na verba destinada ao pagamento de suas indenizações – a dívida do governo já chega a R\$ 2,1 bilhões, mas a verba prevista no Orçamento é de R\$ 400 milhões.

O relator ainda se defrontou com uma nova reivindicação, que considera “muito justa”: a Fundação Nacional de Saúde quer compensação dos R\$ 242 milhões que perdeu na votação do relatório setorial. Finalmente, o relator tem de encontrar pelo menos R\$ 900 milhões para bancar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

O presidente da CMO, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), vai convocar uma reunião do Comitê de Receitas na segunda-feira para discutir a reestimativa da arrecadação. Merss pretende apresentar seu relatório na próxima quarta-feira, primeiro dia de trabalho do Congresso depois da convocação extraordinária. Ele tem esperança de ver o projeto votado ainda em fevereiro.



Deputado Amauri Gasques e senador Gilberto Mestrinho durante reunião da CMO

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão destinada a debates dos senadores

A sessão de hoje, às 9h, será não-deliberativa. Ela destina-se a pronunciamentos e comunicados da Mesa e das lideranças. Na segunda-feira,

extraordinariamente, está prevista votação no Plenário. Os senadores analisam projeto que repactua as dívidas de crédito rural (PLC 142/05).

TV Senado exhibe documentário inédito no Brasil

O destaque da TV Senado para o fim de semana é o documentário *Olhos dos Anjos*, realizado pela ONG franco-brasileira Homme Nature. Inédita no Brasil, a atração mostra um relacionamento especial

e único no mundo: a convivência entre botos e pescadores artesanais em Laguna (SC). O programa vai ao ar hoje, às 22h30, com reprises amanhã, às 16h30 e às 21h30, e no domingo, às 15h30 e às 22h.

Paixão pelo carnaval

A Rádio Senado apresenta amanhã, às 9h, no *Prosa e Verso*, o especial *O Amor às Cores da Escola de Samba*. Serão apresentados versos de amor ao verde e rosa da Mangueira e ao azul e branco da Portela, duas das escolas de samba mais tradicionais do carnaval.

Serviço Alô Senado

O cidadão pode entrar em contato com o Alô Senado e tirar dúvidas sobre propostas em tramitação na Casa. O serviço funciona das 8h às 20h, nos dias úteis, pelo telefone 0800 612210. Está disponível ainda pelo correio eletrônico alosenado@senado.gov.br.

Lúcia Vânia protesta contra transferência de verba

A votação dos três últimos relatórios setoriais do projeto do Orçamento, ontem, teve momentos de tensão quando a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) protestou com veemência contra a decisão do governo de transferir cerca de R\$ 900 milhões do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) para o Bolsa-Família. Há pelo menos um mês ela vinha lutando para impedir a mudança, mas não conseguiu alcançar seu objetivo. As verbas para o Peti somarão neste ano R\$ 325 milhões.

Os governistas alegaram que consideram o Bolsa-Família melhor que o Peti, mas Lúcia Vânia acusou o programa de “eleitoreiro” e “sem a menor preocupação”



Lúcia Vânia afirma que Bolsa-Família não retira crianças pobres das ruas

em tirar das ruas ou do trabalho crianças e adolescentes pobres. A senadora sustentou ainda que na proposta do governo havia manipulação de números. Disse que o governo estava cortando as verbas do Peti em 50%, contrastando com uma previsão de que o número de crianças atendidas será

aumentado em 220%. O relator da área, senador João Ribeiro (PL-TO), afirmou que não tinha poderes regimentais para fazer a alteração, exceto se a iniciativa fosse tomada pelo próprio Executivo.

A Comissão Mista de Orçamento aprovou ainda os relatórios setoriais de Integração Nacional e Meio Ambiente, e de Infra-Estrutura, relatados pelos deputados José Chaves (PTB-PE) e José Priante (PMDB-PA). No de Infra-Estrutura, os investimentos para este ano somam R\$ 4,1 bilhões.

No relatório de Integração Nacional, o maior projeto é o de transposição de águas do rio São Francisco, que terá neste ano verba de R\$ 867 milhões.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - *Fax:* (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Efraim Morais, Mão Santa e Eduardo Suplicy e pela senadora Serys Shessarenko

Célio Azevedo



Antonio Carlos (C) e Tebet (D) acompanham exposição de Ricardo Lewandowski na CCJ

Indicação de Lewandowski para o STF pode ser votada na terça-feira

A indicação do desembargador Enrique Ricardo Lewandowski para exercer o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Carlos Velloso, foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), por 22 votos favoráveis e 1 contrário. A mensagem presidencial, que teve como relator o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), será votada agora pelo Plenário, provavelmente na sessão deliberativa de terça-feira, conforme anunciou o presidente da CCJ, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Lewandowski, 58 anos, graduou-se bacharel em Ciências Políticas pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo e em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo. Natural do Rio de Janeiro, é ainda mestre e doutor pela Universidade de São Paulo (USP), além de mestre em Relações Internacionais pela Fletcher School of Law and Diplomacy, da Tufts University, administrada em cooperação com a Universidade de Harvard, nos Estados Unidos. Atua como

professor titular de Teoria Geral do Estado da Faculdade de Direito da USP, onde ingressou por concurso público, além de ter sido advogado militante e consultor jurídico de empresas.

Ramez Tebet ressaltou também em seu parecer que o indicado foi secretário de governo, recebeu muitas homenagens e títulos acadêmicos e é desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, integrando, desde março de 1997, o órgão especial.

Direitos

Aos senadores da Comissão de Justiça, Lewandowski afirmou que é uma honra ser escolhido para o cargo de ministro do STF. Informou que sua participação acadêmica sempre foi voltada para os direitos fundamentais e que muito aprendeu com o professor Dalmo Dallari, com quem atuou na Comissão de Direitos Humanos da USP, da qual ainda faz parte. Lewandowski é membro de uma comissão da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Disse ainda que é totalmente voltado para o direito público.

Desembargador defende quarentena de juiz

O desembargador Enrique Ricardo Lewandowski defendeu, durante a sabatina na Comissão de Justiça, uma quarentena para que juízes que se aposentem possam exercer cargos eletivos ou outra profissão. Ele assegurou aos senadores que jamais se candidatará a cargo político.

As afirmações foram feitas por Lewandowski a partir de questionamentos do senador Jefferson Péres (PDT-AM), ao dizer que o país vive uma crise de valores éticos, e que o povo “está sedento de moralidade pública”. O magistrado ressaltou que estava falando “em tese”, sem citar nomes.

Já ao final da sabatina, Pedro Simon (PMDB-RS), Ramez Te-

bet e Antonio Carlos Magalhães, mencionaram o nome do presidente do STF, ministro Nelson Jobim, a quem Jefferson Péres se referia em suas perguntas ao magistrado.

Questionado sobre a concessão de liminares e *habeas corpus* pelo STF, o que estaria atrapalhando a ação das comissões parlamentares de inquérito, Lewandowski disse que considera o trabalho dessas comissões da maior importância. Ressaltou, no entanto, que as liminares são uma decisão provisória e, na dúvida, o magistrado tende sempre a privilegiar os valores fundamentais da cidadania, como liberdade e outros direitos garantidos pela Constituição.

Decisão a ser adotada pelo Supremo Tribunal Federal, mediante aprovação de dois terços dos ministros, deverá ser seguida por todo o Judiciário e administração pública

Projeto que regulamenta súmula vinculante é enviado à Câmara

O Plenário aprovou ontem, em turno suplementar, o projeto de lei do Senado que regulamenta a edição, revisão e cancelamento das súmulas com efeito vinculante pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A proposta foi elaborada pela Comissão Mista Especial da Reforma do Judiciário, que concluiu os trabalhos em dezembro e teve como relator o senador José Jorge (PFL-PE). A matéria segue agora para apreciação da Câmara dos Deputados.

Criada pela reforma do Judiciário, promulgada em dezembro de 2004, a súmula vinculante tem

como objetivo evitar a insegurança jurídica e a multiplicação de processos sobre questões idênticas. Esse instrumento obriga todo o Judiciário e administração pública a seguir a interpretação do STF sobre normas em que haja controvérsia. A súmula, que contempla reiteradas decisões sobre matéria constitucional, precisa ser aprovada por dois terços dos ministros da alta corte, ouvido o procurador-geral da República.

De acordo com o projeto (PLS 13/06), podem pedir a edição, revisão ou cancelamento das súmulas, entre outros, o presidente

da República; o advogado-geral da União; e as Mesas da Câmara, do Senado e do Congresso Nacional.

O pedido também poderá ser feito por governadores, assembleias legislativas; tribunais superiores, tribunais de Justiça e tribunais regionais; procuradores-gerais da República, dos estados e de Justiça do ministério público estadual; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; defensores públicos-gerais da União e dos estados; e partidos políticos com representação no Congresso Nacional.

Roosevelt Pinheiro



Efraim defende mudanças no modelo tributário e combate à sonegação

Efraim apóia pleitos dos procuradores da Fazenda Nacional

Efraim Morais (PFL-PB) registrou ontem decisão dos procuradores da Fazenda Nacional de deflagrar greve geral por tempo indeterminado, na próxima segunda-feira, contra a deficiência de recursos do órgão e por um tratamento adequado à estatura do cargo que ocupam.

O senador, que prestou solidariedade aos procuradores, disse que a categoria reclama também do aviltamento dos salários e da deficiência dos serviços prestados. Ele citou trecho do manifesto distribuído pelos procuradores da Fazenda, em que alertam para a importância da função, considerando-a essencial ao Estado por garantir a cobrança dos tributos.

Efraim lembrou que o modelo tributário atual dá sinais de exaustão e que, só com o combate à sonegação, a simplificação dos procedimentos burocráticos e a redução dos elevados índices de elisão, se conseguirá promover uma efetiva justiça fiscal.

Comissão aprova acordos de cooperação com vários países

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem 20 projetos de decreto legislativo com textos de acordos internacionais firmados pelo Brasil. As proposições vão agora ao Plenário.

Entre os projetos, encontra-se memorando de entendimento com o Peru, assinado em 2003, para cooperação em assunto de proteção e vigilância da Amazônia. O colegiado aprovou, também, dois tratados sobre transferência de presos condenados – o primeiro com o Peru e o outro com Portugal.

No setor cultural, foi acolhido ato sobre inscrição de protocolo modificativo que instituiu o Prêmio Luiz de Camões. O acordo foi celebrado em 1999.

A comissão aprovou ainda acordo de Cooperação Educacio-

nal entre o Brasil e a República da Estônia, bem como Ata Constitutiva dos Estados Ibero-Americanos para o Desenvolvimento das Bibliotecas Nacionais dos Países Ibero-Americanos, Acordo Constitutivo da Organização Internacional da Vinha e do Vinho, assinado pelo Brasil em Paris, em 2001, e regras para procedimento do Grupo Internacional de Estudos do Níquel (Gien).

Entre os acordos aprovados, incluem-se atos firmados com os Estados Unidos, para a segurança da aviação; o Equador, para cooperação na área da defesa civil; Honduras, prevendo a isenção de vistos em passaportes; Países Baixos (Holanda), na área de Previdência Social; Croácia, para cooperação em turismo, e outro com o Peru, para cooperação no setor madeireiro.

José Cruz



Entre os atos acolhidos pela CRE está o firmado com o Peru sobre vigilância na Amazônia

Oposição defende necessidade de convocação de Thomaz Bastos para falar sobre lista; governistas criticam requerimento

Família de Pororoca fez doações a vereador

Na segunda parte de seu depoimento à Sub-Relatoria de Fundos de Pensão da CPI dos Correios, ontem, Christian Almeida Rego, operador da gestora de recursos Arbor, revelou que sua família fez doações à campanha do vereador Fernando Gusmão (PCdoB-RJ), e que sua contribuição individual foi de R\$ 20 mil.

Christian também disse que seu irmão, Murilo de Almeida Rego, mantém laços de amizade com o ex-dirigente do PT Marcelo Sereno e trabalhou como assessor parlamentar do então deputado Lindbergh Farias (PT), atual prefeito de Nova Iguaçu (RJ).

Ele ainda afirmou que a Arbor operou com as corretoras Fator, Agora Sênior e Título. Christian voltou a negar que ele, Murilo e seu pai, Haroldo de Almeida Rego, o Pororoca, tenham participado de supostas operações irregulares com fundos de pensão.

CPI ouvirá ex-diretor de Furnas e, de novo, Duda Mendonça

A CPI dos Correios aprovou ontem a convocação do ex-diretor de Furnas Dimas Toledo, apontado como autor de uma lista com 156 nomes de políticos que teriam se beneficiado com recursos de caixa dois durante a campanha política de 2002. Também foi aprovada a reconvocação do publicitário Duda Mendonça, responsável pela campanha do PT naquele ano.

Não houve acordo para aprovar requerimento de convocação do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para que confirme ou não a existência da "lista de Furnas" e preste contas sobre o trabalho da Polícia Federal na investigação da denúncia.

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), informou que a Executiva do partido decidiu pela convocação do ministro. Também defenderam o comparecimento do

ministro à CPI o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) e os deputados Eduardo Paes (PSDB-RJ) e Antônio Carlos Pannunzio (PSDB-SP).

Uma possível convocação de Márcio Thomaz Bastos foi bastante criticada pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC) e pelo senador Sibá Machado (PT-AC). O pedido da oposição foi alvo ainda da contestação dos deputados petistas Maurício Rands (PE) e Henrique Fontana (RS).

Na mesma reunião, a CPI aprovou outros quatro requerimentos. Para depor na Sub-Relatoria de Contratos, serão convocados Paulo Maurício Sales Cardoso, que foi da área jurídica da ECT no Pará, e Walmir Freire Cardoso, sócio da Empresa U.S. Mendonça Express Ltda. A Sub-Relatoria de Fundos de Pensão deverá

ouvir Cláudio Roberto Seabra de Almeida, da Brasil S/A Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários, e Ricardo Tochikago Nakatsu, da NK Prestação de Serviços Sociedades Simples Ltda.

Contas nos EUA

O presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), anunciou que somente ele e os três deputados que viajaram a Nova York – o relator, Osmar Serraglio (PMDB-PR), e os relatores-adjuntos Maurício Rands e Eduardo Paes – terão acesso aos documentos sigilosos sobre as contas do publicitário Duda Mendonça no exterior.

– Tomaremos o cuidado necessário para que esses dados sigilosos não vazem, inclusive com o monitoramento por meio de câmeras e outros meios que se fizerem necessários.



Agripino pede uma definição sobre a veracidade da "lista de Furnas"

Agripino cobra esclarecimento do ministro da Justiça

Depois de ler nota divulgada ontem pela Comissão Executiva do PFL, na qual é cobrada do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, uma definição sobre a veracidade da chamada "lista de Furnas", o senador José Agripino (PFL-RN) mandou um recado para o ministro: ou ele apresenta uma conclusão até o final da próxima semana, ou o partido buscará apoio de toda a oposição para aprovar um requerimento convocando-o a esclarecer o assunto em uma comissão.

– Ele tem que esclarecer o que o país quer saber e o que já deveria ter sido esclarecido há muito tempo – afirmou Agripino.

TCU quer acesso a sigilos e mais técnicos na fiscalização

Convidado pela Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção da CPI dos Correios, o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Adylson Motta, afirmou ontem que, para maior eficácia do seu trabalho, a corte precisa ter acesso a informações de agentes públicos que hoje são protegidas pelo sigilo bancário e fiscal.

Adylson Motta lembrou que existem vários projetos de lei no Senado e na Câmara nesse sentido. Ele destacou propostas dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) com este objetivo.

Para elevar a eficácia da fiscalização, o ministro propôs que o Congresso reserve um percentual do Orçamento da União, dos estados e dos municípios (0,8%) para controle interno e externo. Afirmou que o Canadá investe o

equivalente a 1% do Orçamento.

O presidente do TCU informou que 122 técnicos do tribunal foram designados para trabalhar nas investigações da CPI. Oito desses atuam diretamente no Congresso e 114 foram distribuídos em diversos órgãos que estão sendo in-

vestigados. O TCU possui no total 1.250 técnicos para fiscalização. Para alcançar a proporção dos órgãos de controle do Canadá, por exemplo, segundo o ministro, o Brasil precisa ter 35 mil profissionais dedicados à fiscalização dos serviços públicos.



Ao lado de Delcídio (C), Adylson Motta (D) apresenta sugestões para combate à corrupção

Pesares por Dorval de Magalhães e Quiêlse Crisóstomo

O Senado encaminhará condolências à família do ex-secretário municipal de Boa Vista, o engenheiro agrônomo e escritor Dorval de Magalhães, que morreu na madrugada de ontem, aos 91 anos. O senador Romero Jucá (PMDB-RR) foi o autor do requerimento de pesar. O sena-

dor Augusto Botelho (PDT-RR) apresentou proposta no mesmo sentido.

A pedido do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), o Senado também apresentará condolências aos familiares do engenheiro civil Quiêlse Crisóstomo da Silva, que morreu na última ter-

ça-feira, em Curitiba. Deputado estadual paranaense por seis legislaturas, ex-conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná, Quiêlse morreu aos 69 anos. Engenheiro civil de formação, ele atuou no Instituto Brasileiro de Reforma Agrária na década de 1960.



Heloísa protesta contra as mudanças feitas no projeto sobre gastos eleitorais

Heloísa elogia "coragem" de Soraia Garcia em CPI

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) elogiou a coragem da ex-funcionária do diretório do PT em Londrina (PR) Soraia Garcia, que reafirmou ter presenciado a prática de caixa dois durante a campanha para prefeito daquela cidade, em 2004. Segundo Heloísa, desde que iniciou seus depoimentos, Soraia tem sido provocada, ofendida e chantageada por "canalhas" militantes do PT envolvidos nas denúncias.

Heloísa também protestou pelo fato de que o substitutivo da Câmara ao projeto do Senado que trata da redução dos gastos eleitorais (PLS 5.855/05) exclui vários pontos da proposição original, entre eles a fixação de um teto para gastos de campanha.



Relatório preliminar do TCU teria apontado irregularidades, diz Alvaro

Alvaro pede análise de gastos de cartões do Planalto

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) solicitou à Mesa do Senado que indique o assessor do Tribunal de Contas da União (TCU) Eduardo Nery Machado para analisar documentos referentes a gastos dos cartões de crédito corporativos do Palácio do Planalto. Ele disse que a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, informou que somente um assessor indicado pela Mesa poderia ter acesso às informações.

Alvaro acrescentou que já está em andamento auditoria do TCU sobre o assunto e o relatório preliminar do tribunal constatou irregularidades no uso dos cartões, com suspeitas de notas frias na prestação de contas.

Roosevelt Pinheiro



Maranhão pede derrubada de veto a texto que prevê aposentadoria complementar

Maranhão defende projeto que beneficia carteiros

José Maranhão (PMDB-PB) pediu que o Congresso derrube o veto presidencial ao projeto que estende o direito à complementação da aposentadoria a todos os empregados dos Correios admitidos até dezembro de 1976.

O senador disse que o projeto (PLC 6/02) acaba com a discriminação contra os carteiros. Ele argumentou que, se todos são funcionários, não há sentido em conceder o direito à complementação a alguns e negar aos demais.

Maranhão comunicou ainda ao Plenário que o seu estado, a Paraíba, passou a integrar o clube dos produtores de petróleo do país, já que foi encontrado um lençol de petróleo na região de Souza.

Moreira Mariz



Decisão da CCJ de aprovar desembargador para o STF é ressaltada por Gilvam Borges

Gilvam destaca indicação de Lewandowski

Gilvam Borges (PMDB-AP) louvou a indicação do desembargador Enrique Lewandowski para o Supremo Tribunal Federal, em substituição ao ministro Carlos Mário Velloso, que se aposentou compulsoriamente por ter completado 70 anos. O nome do jurista de São Paulo foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, depois de ser sabatinado pelos senadores.

Na opinião do parlamentar, a escolha recaiu sobre uma pessoa bem preparada para o cargo, “à altura do ministro Carlos Velloso, que lamentavelmente saiu para cumprir uma lei que deveria ser revista”.

Presidente do Senado recebe dos ministros do Planejamento, do Trabalho, da Previdência e das Relações Institucionais projeto que fixa piso salarial em R\$ 350, a partir de abril

Renan promete empenho para votar projeto do salário mínimo

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu na manhã de ontem o projeto de lei que fixa em R\$ 350, a partir de abril, o valor do salário mínimo no Brasil. Entregaram o documento a Renan os ministros Jaques Wagner (Relações Institucionais), Paulo Bernardo (Planejamento, Orçamento e Gestão), Luiz Marinho (Trabalho e Emprego) e Nelson Machado (Previdência Social).

Os ministros pediram que o Legislativo vote a matéria a tempo de entrar em vigor no dia 1º de abril, a fim de que o governo não se veja obrigado a enviar uma medida provisória sobre a questão ao Congresso. Renan prometeu falar com o presidente da Câmara, Aldo Rebelo, defendendo uma tramitação urgente da proposta. Em sua opinião, votar o salário mínimo dentro do período da convocação significará o coroamento

Genildo Magela



Renan (segundo à direita) em conversa com Jaques Wagner, Luiz Marinho e Paulo Bernardo

do trabalho deste início de ano.

– Acho que o grande gol que teríamos de marcar na convocação é votando o salário mínimo, que aponta no sentido da recuperação do seu poder de compra, que compatibiliza seu valor com o fluxo do produto interno bruto, que fortalece o mercado interno. Vou conversar com setores da oposição e com o presidente da Comissão de Constituição e

Justiça. Mas é fundamental que o projeto venha da Câmara, onde começará a tramitar.

Em entrevista após a saída dos ministros, Renan defendeu também a rápida aprovação da PEC que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb), já votada na Câmara e sujeita à deliberação do Senado.

Ministro pede urgência na aprovação do Fundeb

Se a proposta de emenda à Constituição que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) não for votada pelo Senado até a próxima semana, ainda durante a convocação extraordinária, não entrará em vigor em 2006. Para pedir rapidez na tramitação da matéria, aprovada na Câmara com expressivo apoio, o ministro da Educação, Fernando Haddad, esteve ontem no Senado. A promessa que recebeu do presidente da Casa, Renan Calheiros, e do líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), é

de celeridade na tramitação da proposta (PEC 536/97).

Para Haddad, a preocupação é concretizar o Fundeb em 2006, aprovando a proposta e remetendo ao Congresso o projeto de lei para regulamentação, que estabelece a vigência do fundo. Para a existência do Fundeb, segundo ele, já existe dotação no Orçamento deste ano por ordem do presidente Lula.

Mercadante destacou a necessidade de rapidez na aprovação do Fundeb e a importância da valorização do ensino e do professor.

– A PEC precisa ser votada até a próxima semana. Espero que o

desempenho na Câmara se repita aqui – afirmou.

A proposta está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e tem como relator o senador José Jorge (PFL-PE).

O ministro também defendeu a proposta que reserva 50% de vagas nas universidades públicas para alunos provenientes de escola pública, aprovada esta semana na Comissão de Justiça da Câmara.

A discussão sobre a matéria está concentrada na definição do tempo para a entrada em vigor do sistema de cotas, caso aprovado pela Câmara e pelo Senado.

Sessão solene para promulgar fim da verticalização

O Congresso Nacional deverá realizar sessão solene na segunda-feira para promulgar as propostas de emenda à Constituição 4/02, que acaba com a exigência da verticalização nas eleições do país, e 8/06, que reduz o período de recesso parlamentar de 90 para 55 dias durante o ano. A sessão deve ser realizada às 12h30.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, também convocou sessão deliberativa da Casa para segunda-feira e, dependendo do quórum, e se os líderes aceitarem

pedir urgência para a tramitação de matérias, nela deverão ser votadas mais duas propostas de emenda à Constituição. A primeira (PEC 536/97) cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Já a PEC 143/05, conhecida como a PEC da Timemania, dispõe sobre nova loteria, baseada em símbolos dos times de futebol, que tem como principal objetivo cobrir as dívidas dos clubes junto à Previdência Social.

Entre outras matérias, devem ser votados pelo Plenário do Senado até terça-feira, último dia da convocação extraordinária, a indicação do jurista Enrique Ricardo Lewandowski para o Supremo Tribunal Federal; o projeto que disciplina a utilização e a proteção da vegetação nativa do bioma Mata Atlântica (PLC 107/03); e o projeto que dispõe sobre a repactuação de dívidas contraídas por produtores rurais do Nordeste junto ao sistema financeiro (PLC 142/05).

Roosevelt Pinheiro



Crivella pede voto de louvor para escolas do Rio de Janeiro por seu desempenho

Crivella elogia escolas do Rio, líderes no Enem

Marcelo Crivella (PRB-RJ) registrou ontem em Plenário informação divulgada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, segundo a qual duas escolas do estado do Rio de Janeiro – São Bento (privada) e Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (pública) – receberam a melhor avaliação no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), entre todas as escolas públicas e privadas de ensino médio brasileiras.

O representante fluminense apresentou requerimento de voto de louvor às duas escolas.

Crivella também elogiou os jornalistas da TV Senado, que, afirmou, não o discriminam, como faz a imprensa do Rio, que o chama de bispo e não de senador.

Roosevelt Pinheiro



Aprovação de alunos de três escolas do estado no Enem é elogiada por Heráclito

Heráclito louva desempenho de colégios do Piauí

Heráclito Fortes (PFL-PI) requereu ontem à Mesa do Senado o envio de voto de louvor aos dirigentes de três colégios piauienses que se destacaram no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) pelos índices de aprovação obtidos por seus alunos. São as instituições privadas de educação São Francisco de Sales, Santa Maria Gorete e Dom Barreto.

O senador elogiou a dedicação abnegada dos educadores piauienses dos setores público e privado. Ele lamentou que as escolas públicas estejam sendo prejudicadas em seu desempenho pela falta de verbas.



Rosevelt Pinheiro
Ideli aponta necessidade de ampliar comércio com as nações africanas

Ideli aplaude a quinta viagem de Lula à África

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) comentou a quinta viagem do presidente Lula à África, cujo roteiro inclui Argélia, Benin, Botswana e África do Sul. Afirmou que essa viagem está em sintonia com a política externa traçada, ainda no início do governo Lula, calcada no fortalecimento das relações do Brasil com as demais nações da América Latina e com os países em desenvolvimento.

– O país tem uma dívida com a África, pois subtraiu cerca de seis milhões de pessoas, trazidas para cá como escravas. Nada mais justo do que aperfeiçoar as relações comerciais, culturais e políticas com o continente – assinalou.

Quanto às transações comerciais entre Brasil e Argélia, por exemplo, Ideli disse que o petróleo é o principal produto argelino importado pelo país. Segundo informou, 28% do petróleo bruto comprado pela Petrobras vem da Argélia. O estreitamento dessas relações figura entre as prioridades da missão do presidente.

De acordo com a senadora, o Brasil comprou quase US\$ 3 bilhões em produtos argelinos em 2005, embora só tenha conseguido vender US\$ 384 milhões no período. O esforço de ampliar a pauta de exportações brasileiras pela Argélia passa, assinalou Ideli, pela retomada da compra de carne bovina e pela participação de empresários da construção civil em um programa de habitação popular.

Em aparte, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) parabenizou a senadora petista pela “coragem” de defender o governo Lula.



Rosevelt Pinheiro
Flexa Ribeiro diz que pretende evitar exploração de reservas ainda intocadas

Célio Azevedo



Roberto Rodrigues (3º à direita, entre Ana Júlia e Sérgio Guerra) propõe continuidade dos debates promovidos pelo Senado

Ministro defende busca de consenso sobre cooperativas

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, disse, durante encontro no gabinete do presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), que ainda há pontos sem consenso entre o que quer o governo e o que pretendem as entidades representantes de cooperativas em relação à atualização do sistema cooperativista nacional. Por essa razão, propôs que o debate dos projetos continue e

observou que as cooperativas precisam apresentar sugestões sobre o tema.

– A decisão deve vir de baixo para cima. O Senado hoje decidiu ouvir, rapidamente, as representações do sistema cooperativista e extrair um consenso, sem nenhum processo ideológico ou partidário em cima do assunto. Reconhecemos que a cooperativa é o braço econômico da sociedade e, quanto mais organizada for uma sociedade, mais democrática e transparente

ela será. É função do Estado ajudar na organização da sociedade – disse o ministro.

Os projetos sobre o tema tramitam em conjunto. São eles: o PLS 171/99, de Osmar Dias (PDT-PR), e o PLS 428/99, do ex-senador José Fogaça, que dispõem sobre cooperativas; e o PLS 605/99, de Eduardo Suplicy (PT-SP), que dispõe sobre as regras gerais do Sistema Cooperativista Nacional, que compreende as cooperativas e seus órgãos de representação.

Borges cobra votação de projeto sobre dívidas rurais

O senador César Borges (PFL-BA) fez um alerta sobre uma possível manobra do governo federal para adiar novamente a votação de projeto de lei da Câmara que trata da renegociação das dívidas rurais na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene). A matéria (PLC 142/05) está em pauta na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde é relatada pelo senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), e tem votação prevista para a próxima terça-feira.



Rosevelt Pinheiro
Para César Borges, senadores não devem se sujeitar à ameaça de veto de Lula

– O Ministério da Fazenda está mais uma vez abusando da paciência do povo do Nordeste. Apelo

aos senadores para que possamos aprovar a matéria como veio da Câmara e não nos sujeitarmos à ameaça de veto do presidente Lula – declarou.

César Borges acusou o governo de criar uma mistificação em torno do projeto ao sustentar que beneficia os grandes produtores. Disse que a renegociação proposta atende, na verdade, aos produtores rurais que tiveram a safra frustrada pela estiagem e não têm condições de arcar com os “juros escorchantes”.

Flexa Ribeiro propõe utilização de reservas por meio de reflorestamento

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) pediu que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) permita a atividade econômica controlada em áreas de reservas já alteradas pela ação humana. Essa exploração se daria por meio de reflorestamento, evitando que agricultores

e madeireiros penetrassem em reservas ainda intocadas.

Flexa Ribeiro diz que essa idéia vem sendo apresentada por diversas autoridades e empresas. O governador do Pará, Simão Jatene, por exemplo, apresentou proposta de decreto para regulamentação da Lei Estadual de Flo-

restas, prevendo a recuperação de áreas degradadas e recomposição de reserva legal, usando o incentivo ao reflorestamento “para diversas atividades produtivas sustentáveis”.

O próprio senador tem projeto, aprovado em 2005 pelo Senado, que propõe mudança no Código



Rosevelt Pinheiro
Virgílio registra informação de que viagem ao espaço foi antecipada

Virgílio acusa Lula de colocar vida de astronauta em risco

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pode estar cometendo um “homicídio espacial”, ao colocar a vida do astronauta brasileiro Marcos César Pontes em risco por “interesses eleitorais”. Segundo Arthur Virgílio, a viagem do astronauta a bordo da nave russa Soyuz TMA-8 para a Estação Espacial Internacional estaria prevista para outubro, mas teria sido antecipada para março, por interferência do presidente. A informação, disse, foi divulgada ontem pelo jornal *Folha de S. Paulo*.

Arthur Virgílio ressaltou que o tempo de preparo para a viagem espacial seria de 13 meses e não de cinco como foi acertado pelo governo, e sugeriu que a família do astronauta Marcos César não aceite que ele faça a viagem nessas condições.

– O governo está se tornando perigoso. A reportagem da *Folha* revela a apreensão do astronauta brasileiro com o prazo de voo. Se o astronauta sair vivo da experiência dirão que o governo brasileiro alçou vôos interplanetários.

Virgílio encaminhou requerimento de informações ao ministro da Defesa, José Alencar, acerca da missão. Quer saber o motivo e o responsável pela antecipação da viagem e se essa antecipação poderia comprometer a integridade física do astronauta e o cumprimento integral das etapas preparatórias da viagem.

– Se o astronauta brasileiro não conseguir aprender a língua russa, como se comunicará com os tripulantes e com a base em terra?

Florestal para permitir a reposição florestal e a recomposição da reserva legal mediante o plantio de palmáceas e outras espécies em áreas alteradas. Já a Vale do Rio Doce propõe aumentar o percentual legal (20%) das áreas degradadas a ser recuperado por meio de reflorestamento.

Na homenagem à missionária assassinada no Pará em fevereiro do ano passado, senadores ressaltam coragem da freira que enfrentou grileiros de terra

Para Renan, morte de Dorothy Stang não foi em vão

Durante a homenagem que o Senado prestou, ontem, à missionária Dorothy Stang, assassinada em fevereiro do ano passado, o presidente Renan Calheiros disse que a religiosa foi “uma mártir na luta que o Brasil trava contra a violência no campo”. Ele anunciou que deverá ser votado em breve pelo Congresso projeto de lei transferindo para o âmbito da Justiça Federal os crimes contra os direitos humanos tipificados

em tratados internacionais assinados pelo Brasil. O projeto foi apresentado após a morte da missionária pela comissão encarregada de regulamentar a reforma do Judiciário.

Renan Calheiros também destacou a atuação de uma comissão especial criada pelo Senado para acompanhar as investigações do crime, composta pelos senadores Demostenes Torres (PFL-GO), Ana Júlia Carepa (PT-PA) e

Eduardo Suplicy (PT-SP), que foi fundamental para a punição dos assassinos. Ele disse que o trabalho da comissão resultou em um amplo relatório sobre a situação fundiária do Pará e sobre as causas da impunidade.

– Odiada pelos grileiros, adorada pelos sem-terra, irmã Dorothy Stang foi vítima de um crime bárbaro que indignou e chocou o Brasil e o mundo inteiro. O episódio expôs, mais que qualquer

outro, a questão dos conflitos agrários no país – afirmou Renan Calheiros.

Para o presidente do Senado, apesar de o Brasil ter experimentado alguns avanços com relação à diminuição dos conflitos fundiários e ao incremento da reforma agrária, ainda há muito o que ser feito. Depois de informar que dois dos pistoleiros que executaram o crime já foram condenados e outros dois acusados deverão ser

julgados ainda este mês, ele disse que a punição dos assassinos não é suficiente.

– A morte de Dorothy Stang não pode ficar em vão. O país moderno, desenvolvido e justo que tanto queremos não pode mais tolerar a injustiça agrária, nem massacres como o dos fiscais do Ministério do Trabalho, em Unai, como os do sem-terra em Felisburgo, como o da irmã Dorothy Stang – declarou Renan.

Fotos: Roosevelt Pinheiro



Ana Júlia: segurança pública de Anapu, no Pará, estaria a serviço dos grileiros

Ana Júlia relembra a luta da missionária por justiça social

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) afirmou, ontem, que a maior homenagem prestada pelo Senado à irmã Dorothy, assassinada em fevereiro de 2005 em Anapu, no Pará, foi a aprovação do projeto sobre gestão de florestas públicas. Para a senadora, o projeto do Executivo, que retornou à Câmara por ter sofrido alterações no Senado, dará uma resposta mais eficaz à exploração dos recursos naturais de forma sustentável, com a vantagem de as terras permanecerem públicas.

– Nunca terão sido em vão sua vida e sua morte – afirmou.

Ana Júlia lembrou que dez dias antes de sua morte irmã Dorothy compareceu à sede do Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, em Belém, e também à delegacia de Anapu para registrar queixa das ameaças que vinha sofrendo. A senadora lamentou a atuação “negligente e inoperante” da segurança pública local, que estaria, segundo disse, a serviço dos grileiros.

A parlamentar ressaltou a atuação do Senado, que, à época do crime, constituiu uma comissão especial, que ela presidiu, para acompanhar as investigações do assassinato da missionária.

Ela atuou em favor dos pequenos agricultores, diz Sibá

Sibá Machado (PT-AC) esteve entre os senadores que homenagearam Dorothy Stang ontem. A freira, que nasceu nos Estados Unidos e se naturalizou brasileira, foi assassinada em 12 de fevereiro do ano passado, no interior do Pará. Sibá destacou a atuação da missionária na defesa dos pequenos agricultores da região, quando se contrapôs aos interesses de grileiros de terras.

O parlamentar lembrou que a conheceu pessoalmente, quando foi representante de uma comunidade de agricultores de Uruará, município próximo ao de Anapu, onde vivia Dorothy Stang. Também se recordou de uma tentativa de reintegração de posse – após a expulsão de algumas famílias de uma fazenda localizada em Anapu – na qual esteve envolvido juntamente com a freira, em 1984. Ele contou que, ao chegarem ao local, foram recebidos a tiros por pistoleiros, o que resultou em dez pessoas feridas.

O senador frisou que “o exemplo de irmã Dorothy, ao contrário do desejo de grileiros e pistoleiros, fortalece ainda mais o movimento dos que querem banir de vez esse faroeste caboclo que se estabeleceu em partes da Amazônia”.



Sibá Machado afirma que religiosa se contrapôs aos interesses de grileiros

Serys frisa ação da "combativa mulher freira"

Desdobrar a luta de Dorothy Stang em favor dos trabalhadores rurais sem-terra, contra o trabalho escravo e contra todas as formas de exploração da pessoa humana é a melhor maneira de homenagear a memória “da combativa mulher freira”, afirmou a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

A senadora destacou a importância da sessão em que o Senado homenageou a memória de Dorothy Stang e conclamou os oradores a continuar denunciando os absurdos que ainda acontecem no Brasil.

– Nós não podemos calar. Para honrar a memória de Dorothy Stang, sem demagogia, é preciso que, como diz bem o povo, botemos a boca no trombone – assinalou a senadora.

Serys denunciou mais um episódio envolvendo um grupo móvel de fiscalização do Ministério do Trabalho empenhado no combate ao trabalho escravo e às irregularidades trabalhistas, em Mato Grosso. O grupo, informou, foi atacado a tiros na manhã da última quarta-feira, em uma fazenda do município de Nova Lacerda. Os irmãos Amauri e Onuar Mendonça, identificados como os infratores, foram presos, mas criaram uma confusão que levou agentes da Polícia Federal a se confrontarem com agentes da Polícia Militar de Mato Grosso, narrou a senadora.



Paim: Dorothy dedicou a vida a implantar projetos de desenvolvimento sustentável

Paulo Paim afirma que legado não será esquecido

Ao recordar o assassinato de Dorothy Stang, o senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou ontem que as idéias da missionária norte-americana, naturalizada brasileira, não serão esquecidas. Paim lamentou que há séculos a América Latina esteja sendo “regada pelo sangue de muitos mártires”.

Para o senador, a irmã Dorothy era uma mulher incansável na promoção dos direitos humanos e na luta ao lado dos trabalhadores rurais, dos pobres e dos oprimidos. Assassinada aos 73 anos com seis tiros, a missionária dedicou a vida para assegurar a implantação de projetos de desenvolvimento sustentável, disse Paim. Ele acrescentou que Dorothy não aceitava a violência, “e muito menos a exploração dos homens”.

O senador lembrou que, em 2004, a missionária visitou o Congresso para denunciar assassinatos de agricultores no Pará e, nessa época, frisou Paim, ela já sofria ameaças de morte. Ele comparou Dorothy com lutadores como Chico Mendes e Zumbi dos Palmares, também assassinados, e que “deram suas vidas mostrando que é possível construir um mundo melhor”.

Suplicy: opção pelo Brasil foi para ajudar os mais pobres

Na homenagem prestada ontem à religiosa Dorothy Stang, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que ela escolheu o Brasil para viver porque queria estar perto dos mais pobres. Em seu trabalho, afirmou ele, a missionária sempre teve a preocupação de compatibilizar a preservação das riquezas da floresta amazônica com a solidariedade.

Suplicy lembrou que, na missa de corpo presente de irmã Dorothy, dom Erwin Krauter, bispo da prelazia de Xingu, disse que a religiosa “foi assassinada por aqueles que querem a Amazônia para si; que querem explorá-la sem trégua”. Ele recordou também as palavras de irmã Júlia Depweg, colega de Dorothy, para quem a missionária não seria sepultada, mas “plantada, porque era uma semente”. Para o senador, “aquela semente vem dando frutos”, seja no trabalho da Justiça ou nas medidas do governo para levar adiante os propósitos da freira no sentido de melhorar a vida dos trabalhadores da floresta.

Em seu discurso, Suplicy também saudou os que iniciaram e dão continuidade ao trabalho da TV Senado, que está comemorando dez anos de fundação.



Missionária quis aliar preservação da Amazônia à solidariedade, diz Suplicy

Senadores destacam importância da TV Senado para a democracia, por permitir que a população acompanhe o trabalho de seus representantes

Plenário homenageia os dez anos da TV Senado

Os dez anos da TV Senado foram lembrados ontem por diversos parlamentares, que se pronunciaram, durante a sessão plenária, para elogiar a isenção da emissora e a qualidade de sua programação, e destacar sua importância para a democracia e a cidadania.

Inaugurada em 5 de fevereiro de 1996 pelo então presidente da Casa José Sarney, a TV Senado é pioneira na transmissão ao vivo de trabalhos legislativos. Hoje, as transmissões são cedidas para emissoras

privadas do Brasil e de outros países.

Atualmente, mais de 50 milhões de pessoas podem assistir à TV Senado por sistema a cabo, antena parabólica ou pela Internet e, em Brasília, em sinal aberto UHF, pelo canal 51.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou para ainda este ano mais um grande projeto: a Rede Senado de Televisão, em sinal aberto em mais 12 capitais, o que deve aumentar para 90 milhões o número de cidadãos com acesso às transmissões.

Fotos: Roosevelt Pinheiro



Fernando César Mesquita, Helival Rios, Virgínia Galvez (em pé), Marilena Chiarelli e Leila Daher acompanham sessão em homenagem à TV Senado



Para Renan, a TV Senado é instrumento de controle do Legislativo pela população

Emissora terá sinal aberto em 13 capitais, diz Renan

Em menos de um ano, o número de brasileiros habilitados a assistir à TV Senado poderá chegar a quase 90 milhões, com a implantação da Rede Senado de Televisão em sinal aberto, com transmissão em UHF. Além de Brasília, mais 12 capitais brasileiras serão beneficiadas. A informação foi transmitida pelo presidente da Casa, Renan Calheiros, durante a homenagem pelos dez anos de fundação da emissora.

Os cinco próximos canais abertos serão inaugurados em Salvador (canal 53), Recife (canal 55), Fortaleza (canal 43), Manaus (canal 57) e Rio de Janeiro (canal 49). Logo em seguida, o sinal da emissora será ativado em Belém, Natal, Maceió, Cuiabá, Boa Vista, João Pessoa e Goiânia.

– A TV Senado é um instrumento de cidadania, um instrumento de controle democrático do Legislativo por parte da população – afirmou Renan Calheiros.

Associando-se à homenagem, Ramez Tebet (PMDB-MS) assinalou a imparcialidade da emissora. O senador declarou que a filosofia da TV Senado é procurar dar destaque a todos os senadores, sem distingui-los.



Sarney elogiou a isenção da emissora e parabenizou os seus funcionários

Sarney: TV dá à sociedade poder de fiscalização

“Fiscalize o Senado.” Este, segundo José Sarney (PMDB-AP), foi o *slogan* sugerido por ele à época da idealização da TV Senado, inaugurada durante seu mandato na Presidência da Casa. O senador disse que a iniciativa foi uma “vitória da sociedade”.

– Por meio da TV Senado, o povo passou a acompanhar e a fiscalizar seus representantes – avaliou Sarney.

O senador lembrou que a emissora foi pioneira na experiência brasileira de TV pública e que o seu sucesso incentivou diversos outros órgãos públicos a criarem seus meios de comunicação, resultando em outras experiências bem sucedidas, como a TV Câmara, a TV Justiça e as TVs das assembleias legislativas.

Sarney também enalteceu os trabalhos do presidente do Senado, Renan Calheiros, no tocante à TV Senado, e parabenizou os funcionários da emissora.

– Durante os dez anos da TV, não presenciei nenhuma reclamação a respeito de sua isenção. Não é fácil em uma casa pluralista como esta manter um órgão equilibrado, em que todos tenham a mesma oportunidade sem nenhum privilégio – disse Sarney.

Serys ressalta papel na formação política dos cidadãos

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) destacou a importância da TV Senado na “formação e amadurecimento político dos brasileiros” e no fortalecimento da democracia. Ela parabenizou os senadores e funcionários que contribuíram para a criação do órgão de comunicação e aos que lhe deram continuidade.

– Espero que tenhamos, em breve, a TV Senado acessível ao grande público. É da maior importância que os brasileiros possam acompanhar as atividades dos seus representantes, pois só assim teremos homens e mulheres com cada vez mais clareza sobre as atividades dos seus representantes e com mais critério para escolhê-los – afirmou.

Juvêncio: espaço para esclarecimento aos eleitores

Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS) saudou a emissora da Casa por oferecer aos senadores a possibilidade de esclarecer diretamente aos eleitores as dificuldades enfrentadas no exercício do mandato, como os obstáculos que se antepõem para o cumprimento das promessas de realização de obras e outros projetos.

O senador disse que, no ano passado, conseguiu aprovar 18 emendas ao Orçamento, mas, em razão do contingenciamento de verbas pelo governo, apenas três foram efetivamente atendidas.

– Como explicar isso aos cidadãos e aos prefeitos? Essa é uma das razões pelas quais a TV Senado é tão importante – afirmou.



ACM destaca o alto nível de qualidade e o caráter informativo da programação

Para Antonio Carlos, imparcialidade é um serviço à democracia

O trabalho dos profissionais e o caráter informativo de alto nível e a imparcialidade da emissora foram enaltecidos pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). “É um grande serviço que se presta à população e à democracia.”

Antonio Carlos, que foi presidente do Senado em dois biênios (1997-1999 e 1999-2001), louvou a determinação do ex-presidente da Casa, senador José Sarney (PMDB-AP), de implantar a TV Senado na sua administração, sob o comando do jornalista Fernando César Mesquita, presente à sessão de homenagem.

– Posso dizer que fiz tudo o que foi necessário para consolidar a TV Senado e quero congratular-me com todos os seus funcionários pelo trabalho desenvolvido nesses anos – enfatizou Antonio Carlos.

O senador Efraim Moraes (PFL-PB) associou-se à homenagem, assinalando a importância que o Legislativo passou a ter para a população a partir das transmissões da TV Senado. Já a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) assinalou que a emissora é um avanço na democracia brasileira, ressaltando sua isenção.

Heráclito destaca aproximação do país ao Congresso

Uma emissora que promove a aproximação do Brasil com o Congresso. Assim o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) definiu a TV Senado. Ele afirmou que, em dez anos, o órgão transformou as atividades da Casa.

Heráclito ressaltou que, pelas imagens da TV, a população acompanha as CPIs e fiscaliza os parlamentares. Ele lembrou também que uma equipe da TV acompanhou um grupo de parlamentares ao Pará, logo após a morte da missionária Dorothy Stang.



Não há sociedade democrática sem acesso à informação, segundo César Borges

César Borges: acesso livre à vida legislativa

César Borges (PFL-BA) assinalou a importância da TV Senado para a consolidação da democracia e da cidadania.

– Quando vemos o Legislativo entrar em todos os lares de forma aberta, livre, é porque a democracia está cada vez mais forte. Não há sociedade democrática sem acesso à informação e ao conhecimento. Assistir à TV Senado é ter acesso livre à vida legislativa e parlamentar – considerou.